Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

II – ACÓRDÃO

Processo	-	TC/009815/2021
Interessada	-	Secretaria Municipal de Educação
Objeto	-	Ensino Público/Programa de Visita às Escolas – Inspeção para apurar a falta de professores na EMEF Deputado Caio Sergio Pompeu de Toledo, Diretoria Regional de Educação – DRE Guaianases

3.223ª Sessão Ordinária

INSPEÇÃO. SME. Apurar a falta de professores em EMEF. 1. Constatado a falta de professores regentes e de professores em módulo (substitutos) suficientes para ministrar aulas. 2. Quadros de professores incompletos e professores contratados insuficientes para suprir as necessidades da Escola. CONHECIDA. DETERMINAÇÃO. 1. Apresentação de plano de gestão, com indicação das formas de motivação dos profissionais da SME, visando a manutenção do quadro completo de professores em cada escola, de modo a garantir o direito à aprendizagem de todos os alunos da Rede. 2. Sejam obtidos os AVCBs. Votação unânime.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados englobadamente os processos TC/004119/2019, TC/009814/2021 e TC/009815/2021, dos quais é Relator o Conselheiro MAURÍCIO FARIA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, considerando a natureza dos procedimentos fiscalizatórios e considerando também que a Origem foi cientificada acerca das constatações feitas, em conhecer dos resultados alcançados na presente inspeção, visto que foram cumpridas suas finalidades.

ACORDAM, ainda, à unanimidade, em determinar que a SME apresente plano de gestão, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, indicando formas de superação para melhorar a motivação dos seus profissionais visando à manutenção do quadro completo de professores em cada escola, de modo a garantir o direito à aprendizagem de todos os alunos da rede.

ACORDAM, também, à unanimidade, conforme proposta formulada pelo Conselheiro ROBERTO BRAGUIM, em determinar à SME que, **no prazo máximo de 1 (um) ano**, sob pena de responsabilidade, sejam obtidos todos os AVCBs, consoante apontamento 5.5 do Relatório da Auditoria.

ACORDAM, afinal, à unanimidade, em determinar que se dê ciência deste Acórdão aos interessados, nos termos regimentais.

Participaram do julgamento os Conselheiros DOMINGOS DISSEI – Revisor, EDUARDO TUMA e ROBERTO BRAGUIM.

Presente o Procurador-Chefe da Fazenda ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 13 de julho de 2022.

JOÃO ANTONIO – Presidente
MAURÍCIO FARIA – Relator

/lsr

Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

I – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA – RELATOR

Processos: TC/004119/2019, TC/009814/2021 e TC/009815/2021
Interessada: Secretaria Municipal de Educação
Objeto: Ensino Público – Programa de Visitas às Escolas

Egrégio Plenário,

Trago para julgamento englobado os TCs 4119/2019, 009814/2021 e 009815/2021, que tratam de Auditoria objetivando avaliar, por meio de um conjunto de visitas técnicas, se a Rede Municipal de Educação do Município de São Paulo (RME-SP) tem propiciado aos usuários as condições necessárias a seu desenvolvimento, examinando pontos sensíveis à oferta de ensino de qualidade, a partir do mapeamento de aspectos estruturais, administrativos e pedagógicos das escolas de ensino fundamental da rede municipal, bem como Inspeções com o objetivo de apurar falta de professores em unidades educacionais.

Ressalta-se que o Programa de Visita às Escolas do TCMSP, tratado no TC/4119/2019, é dotado de plano amostral, desenvolvido pela SFC, de modo que seja possível a validação dos procedimentos utilizados, bem como a extrapolação das conclusões alcançadas ao longo do trabalho para o universo de escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de São Paulo.

Para a composição da amostra, foram sorteadas 46 escolas de todas as 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs) do município, visitadas ao longo do ano de 2019, na seguinte proporção: 43 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), uma Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) e duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFMs).

As informações foram obtidas por meio de formulários padronizados e questionários aplicados a gestores, professores, Auxiliares Técnicos de Educação (ATEs) e alunos das unidades de ensino. Várias técnicas de auditoria operacional e de conformidade foram utilizadas durante as visitas, havendo vistoria das dependências da unidade escolar e entrevistas, interação entre os agentes de fiscalização do TCMSP, servidores e alunos das escolas.

A Auditoria elaborou o Relatório (peça 6) no qual destaca que, das escolas visitadas, 15,2% possuíam período integral em 2019. Dessas, a maioria oferecia período integral somente para o primeiro ano do ensino fundamental (85,7%) e apenas uma possuía período integral para todos os anos do ensino fundamental. Pouco mais de uma em cada quatro escolas (26% das unidades visitadas) oferecia Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo que a DRE Capela do Socorro possuía mais de 60% das unidades da amostra com essa modalidade de ensino.

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle assinala que apenas salas de leitura e de informática são encontradas em todas as escolas e apresentavam boas condições de uso, sendo que existem muitas diferenças entre as unidades, tanto com relação à organização dos espaços, quanto à criação de ambientes.

Quadro 1– Ambientes encontrados nas EMEFs visitadas

Ambiente	%
Quadra coberta	91,3
Parque Infantil	67,4
Área verde destinada a atividades pedagógicas	39,1
Sala de Vídeo	37,0
Brinquedoteca	32,6
Sala de Artes	21,7
Laboratório de Ciências	8,7
Auditório	6,5
Outros	34,8

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

Os auditores destacam o baixo percentual de escolas com laboratório de ciências (8,7%), sobretudo quando levada em consideração a estratégia 3.11 do Plano Municipal de Educação (PME), a qual prevê que até 2025 sejam garantidos espaços para a prática esportiva e laboratórios de ciências em cada unidade escolar.

A SFC assinala que a maioria dos gestores que responderam o questionário (73,0%) atuava nas escolas naquela função havia cinco anos ou menos, e 8,0% exerciam a função havia mais de 15 anos. Existiam, nas escolas visitadas, 296 docentes readaptados e que, portanto, não exerciam a docência, uma média de 6,4 por escola.

O relatório destaca que a maioria dos gestores possuíam títulos de pós-graduação (86,1%). Além disso, 91,2% dos gestores entrevistados declararam participar de cursos e eventos oferecidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), sendo que, para 95,6% deles, os cursos de formação contribuem para a melhoria da sua atuação. 93,3% dos gestores entrevistados declararam se sentir motivados a trabalhar na escola, enquanto 7,3% manifestaram interesse em se remover a outra escola. Dentre as principais causas de desmotivação, o número elevado de ausência de servidores e as condições precárias de funcionamento da escola se destacam, com 72,7% e 54,6%, respectivamente. Ademais, 23,4% dos gestores declararam trabalhar em outra escola além da visitada e 57,5% dos gestores afirmaram não estar satisfeitos com sua remuneração.

A Auditoria aponta diferenças consideráveis na proporção de alunos por ATE nas escolas. Dos 132 ATEs que responderam o questionário, 43,9% afirmaram ter ensino médio completo (exigência para acessar o cargo); 48,4%, graduação; e 7,6%, pós-graduação (especialização ou aperfeiçoamento). Chama atenção o percentual de ATEs que declararam ter sofrido agressão verbal (56,8%) e agressão física (6,8%) por alunos e/ou responsáveis pelos alunos.

De acordo com o Relatório, mais da metade dos professores entrevistados (53,4%) lecionavam nas escolas visitadas há mais de cinco anos (13,9% havia mais de 15 anos); 42,1% dos docentes afirmaram atuar em outra instituição de ensino (percentual bem superior aos 23,4% dos gestores); e 97,1% dos docentes que declararam acumular cargos, afirmaram ter outro cargo de professor.

A grande quantidade de docentes com acúmulo de cargos é um dos fatores que impacta de maneira negativa a qualidade do ensino, uma vez que os professores têm jornadas duplas e até triplas, reduzindo o tempo disponível para descanso, atividades de lazer e

até mesmo para planejamento e preparação de aulas.

A Auditoria aponta que grande parte dos professores possuía títulos de pós-graduação; 87,8% declararam participar regularmente de cursos e eventos oferecidos pela PMSP e 94,0% afirmaram acreditar que os cursos de formação contribuem para a melhoria da sua atuação.

Quadro 4 – Professores – Escolaridade

Escolaridade	%
Graduação	28,2
Pós-Graduação Lato sensu (especialização e aperfeiçoamento)	64,7
Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado	6,6
Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado	0,5

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

Ademais, vale registrar que, conforme o Relatório, quase um em cada cinco professores entrevistados (18,2%) afirmaram ter interesse em se remover a outra escola, enquanto 22,7% sentiam-se desmotivados. Contudo, nesse caso foram constatadas diferenças significativas entre as escolas participantes, mesmo quando agrupadas por Diretorias Regionais.

O quadro 5 apresenta a proporção de professores desmotivados e que desejavam remoção, destacando em verde as três DREs com os mais baixos, e em vermelho as três com os mais altos índices em cada indicador:

Quadro 5 – Percentual de professores desmotivados e que desejam se remover, por DRE

DRE	% de professores desmotivados	% de professores que desejam se remover
Butantã	41,3	25,0
Campo Limpo	14,3	16,0
Capela do Socorro	8,7	12,2
Freguesia/Brasilândia	11,1	22,2
Guaianases	19,5	17,5
Ipiranga	21,2	23,5
Itaquera	14,3	7,1
Jaçanã/ Tremembé	16,7	11,9
Penha	30,9	25,0
Pirituba	7,1	4,8
Santo Amaro	43,9	9,1
São Mateus	45,2	43,2
São Miguel	19,6	17,0

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

A Área Técnica registra haver forte relação entre desmotivação e percepção das condições de trabalho nas unidades escolares, uma vez que as escolas das duas DREs com índices entre os mais altos de desmotivação (São Mateus em 1º e Butantã em 3º) e intenção de remoção (São Mateus em 1º e Butantã em 2º) também são as que apresentaram os dois percentuais mais altos de avaliação "ruim ou muito ruim" das condições de trabalho na unidade – 14,0% e 6,8%, respectivamente –, na perspectiva dos professores. Por outro lado, as escolas visitadas das DREs Capela do Socorro, Jaçanã/Tremembé e Freguesia/Brasilândia foram

as que apresentaram os melhores índices de avaliação das condições de trabalho na escola, segundo os professores, com percentuais superiores a 75% nos conceitos "bom ou muito bom".

Ademais, as principais razões apontadas pelos docentes para desmotivação foram a indisciplina dos alunos e a falta de participação dos pais, com 74,4% e 63,4% das respostas, respectivamente. Vale destacar que para os professores das escolas visitadas das DREs São Mateus e Freguesia/Brasilândia, a principal causa de desmotivação é a estrutura física precária da unidade escolar (81,0% e 83,3% das respostas, respectivamente), enquanto para os das escolas das DREs Campo Limpo e Pirituba, é a violência no bairro (84,6% e 66,7%, respectivamente). Essa diversidade de respostas revela a complexidade da rede e as especificidades das diversas regiões do município.

Apurou-se, também, que apenas 15,3% dos professores consultados declararam estar satisfeitos com sua remuneração, com o índice de insatisfação variando entre 70,5% (DRE São Mateus) e 93,5% (DRE Butantã). Por outro lado, 59,0% dos professores consideraram suas condições de trabalho boas ou muito boas e 3,9%, ruins ou muito ruins. O problema mais citado por gestores (59,7%) e professores (74,0%) diz respeito ao acesso à internet. Consta do Programa de Metas da PMSP, para o biênio 2019/2020, a implementação de internet de alta velocidade em 100% das unidades escolares (meta 22.5).

Outro problema muito citado por professores (56,5%) e gestores (43,3%) foi a falta de participação dos pais no cotidiano da escola. Ainda sobre a participação dos pais ou responsáveis no dia a dia da escola, 37,1% dos gestores entrevistados a qualificaram como boa ou muito boa; 49,2%, razoável; e 13,6%, ruim.

A opinião dos alunos acerca da qualidade da escola mantém boa correlação com a dos pais que responderam os questionários, uma vez que 69,6% dos estudantes entrevistados avaliaram a unidade em que estudam como boa ou muito boa, enquanto 71,4% dos responsáveis consideraram a escola do seu filho boa ou muito boa. 96,7% dos pais ou responsáveis opinaram que deveriam participar mais no dia a dia da escola.

O Relatório destaca que a percepção dos alunos sobre os problemas da escola condiz com o que foi encontrado na vistoria dos prédios, uma vez que dois dos problemas mais relatados pelos alunos foram a falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros dos alunos (72,7%), bem como as condições precárias dos sanitários (47,7%)

Além disso, a Auditoria aponta que a agressão entre alunos foi um problema bastante citado pelos próprios estudantes, tendo sido lembrada por 46,5% dos alunos entrevistados. Com relação aos casos de agressões sofridas pelos servidores das escolas, 51,9% dos gestores e 64,1% dos professores entrevistados relataram ter sofrido, ao menos uma vez, agressão verbal de aluno ou responsável; e 3,7% dos gestores e 14,0% dos professores declararam ter sido vítimas de agressão física de aluno ou responsável. O percentual de agressão verbal a professores é bastante elevado: ultrapassa 50% em dez das treze DREs do município.

Quadro 7 – Percentual de agressão a professores por DRE, segundo os docentes entrevistados

DRE	Agressão Verbal (%)	Agressão Física (%)
Butantã	64,5	15,6
Campo Limpo	60,4	14,3
Capela do Socorro	53,1	14,3
Freguesia/Brasilândia	47,7	11,1
Guaianases	68,3	22,0
Ipiranga	69,7	9,1
Itaquera	71,8	17,1
Jaçanã/ Tremembé	50,0	7,3
Penha	73,3	8,9
Pirituba	75,0	14,3
Santo Amaro	88,6	23,3
São Mateus	61,4	13,3
São Miguel	48,9	8,9

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

Os auditores registram ainda que nas DREs Guaianases, Itaquera e Santo Amaro, que apresentam os índices mais elevados de agressão física, a agressão entre alunos também foi um dos problemas mais citados pelos estudantes (lembrada por 55% dos alunos das escolas da DRE Santo Amaro que responderam o questionário).

Quanto aos aspectos que envolvem a segurança da comunidade escolar e preservação do patrimônio público, o Relatório aponta que 65,2% dos gestores consideraram a frequência da ronda escolar insatisfatória e 6,5% afirmaram não haver ronda na escola. Além disso, 26,1% das escolas sofreram invasão, assalto ou furto ao longo de 2018, sendo que 6,7% não possuíam vigilantes; em 66,6%, o serviço era realizado por empresa terceirizada e em 26,7%, por vigia da PMSP (servidor efetivo com cargo em extinção na vacância).

Quanto ao uso do uniforme, a camiseta foi o item mais citado como mais utilizado pelos estudantes sorteados, com pouco mais de 84,0% de adesão. No outro extremo está o tênis, com pouco mais de 14,0% de adesão. A adesão dos demais itens citados foi: meia, 34,7%; jaqueta ou blusão, 17,4% e calça ou bermuda, 14,9%. Além disso, 11,0% dos alunos declararam não usar nenhuma peça do uniforme.

Quadro 8 – Uniforme – motivos para não utilização

Motivo pelo qual não usa o uniforme completo	%
Acho o uniforme feio	55,3
Não se ajusta ao corpo	20,2
Falta de qualidade (desconfortáveis, frios, tecido fino, rasgam facilmente)	38,1
O uso do uniforme não é obrigatório	12

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

Os auditores consignam que, segundo 47,7% dos gestores que responderam o questionário, nem todos os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que apresentaram laudo médico recebiam atendimento educacional especializado.

Apurou-se ainda que quase a totalidade das escolas (88,6%) registrou

ausência de professor no momento da visita; embora, para 24,6% dos alunos que responderam os questionários, os professores nunca faltam. Na percepção dos estudantes, as disciplinas cujos professores mais faltavam, em ordem decrescente, eram Educação Física (21,7%), Informática – Professor Orientador da Sala de Informática (18,2%), Ciências e Artes (13,6%); e os que menos faltavam: Língua Portuguesa (7,1%), Matemática (7,6%) e História (8,4%).

Dentre as ações relatadas pela equipe gestora na falta do professor, destacam-se a permanência de alunos em outros espaços (aula vaga) e a dispensa de estudantes. A percepção dos alunos sobre as ausências dos professores coincidiu com o que foi relatado pela gestão: 30,8% dos estudantes afirmaram ficar com aula vaga e 6,6% relataram ser dispensados quando os docentes faltavam.

Durante as visitas, verificou-se o número de professores regentes (titulares) e em módulo (substitutos) para o ensino fundamental II e constatou-se que em 73,5% das escolas com nove salas ou mais foram encontradas divergências entre a realidade observada e o disposto na legislação, uma vez que não havia professores de módulo em ao menos uma das áreas determinadas, conforme segue:

Quadro 9 – Falta de professores em módulo por área de conhecimento

Área do conhecimento[8]	% de escolas sem professores no módulo
Linguagens	11,8
Matemática	41,2
Ciências da Natureza	35,3
Ciências Humanas	29,4

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

A Auditoria destaca que nas DREs Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Santo Amaro, São Mateus e São Miguel, nenhuma das escolas possuía quadro de módulo completo e compatível com o disposto na legislação, sendo que em Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Santo Amaro e São Miguel foram encontradas escolas com falta de professor de módulo em três áreas de conhecimento. Quanto aos professores regentes, em duas das escolas visitadas constatou-se quadro incompleto de docentes (em ambas havia carência de professor de Língua Portuguesa). Constatou-se que, do total de classes, 7,9% estavam sem aulas atribuídas a algum professor.

Ainda de acordo com o Relatório, a maioria dos alunos entrevistados apontou como situação corriqueira em sala de aula o fato de os professores serem obrigados a esperar muito pelo silêncio dos alunos (85,1%) e a existência de barulho e desordem na sala de aula (65,7%). Vale reiterar que a indisciplina dos alunos foi o fator de desmotivação mais citado pelos professores (74,4%).

Ao fazer sua autoavaliação, os alunos entrevistados declararam, em sua maioria, acompanhar (81,1%) e copiar a matéria (82,1%), realizar as atividades propostas pelo professor (67,8%) e fazer lição de casa (60,6%), ao passo que 79,2% dos professores afirmaram ter como prática passar lição de casa. No entanto, 27,4% afirmaram não entender a matéria, 21,7% disseram sentir falta de orientação para os estudos e 19,0% admitiram não ficar quietos durante as aulas.

Com relação ao Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), 96,3% dos professores declararam realizar o registro de notas e faltas e 96,1%, o registro do conteúdo ministrado. Quanto ao uso do sistema para comunicação com pais e alunos, 55,8% afirmaram fazer registro de orientação de estudos para alunos e 38,4%, comunicação com pais.

Quanto à avaliação externa, perguntou-se aos professores que tipo de uso eles faziam dos resultados das avaliações externas, sendo que 73,1% afirmaram usar os resultados para replanejamento das aulas e 51,1%, fazer devolutiva para os alunos. A mesma pergunta foi feita para os gestores das unidades e 93,5% disseram haver utilização dos resultados para reorientação do trabalho pedagógico e 58,7% declararam haver devolutiva para os alunos.

Vale informar que não foram identificadas medidas efetivas da SME, com vistas a materializar as metas definidas no Programa de Metas atinente ao biênio 2019/2020, quanto ao desempenho dos alunos do ensino fundamental em avaliações externas. A questão do desempenho fica a cargo de cada escola, havendo, inclusive, casos de unidades que adotam visão mais abrangente acerca da matéria, trazendo diversos aspectos, tais como cidadania e autonomia dos alunos, ao conceito de desempenho. Por outro lado, deve-se informar não ter sido possível detectar, em muitas das escolas visitadas, existência de medidas acerca do tema desempenho.

A Subsecretaria de Fiscalização e Controle registra ainda que, dentre as 46 escolas visitadas, 28 (60,9%) estavam instaladas em prédios não acessíveis (pessoas com deficiência física não conseguem chegar a todos os ambientes) e em 22,2% delas não havia sanitários específicos para pessoas com deficiência.

Durante as visitas, constatou-se que praticamente uma em cada cinco escolas (17,8%) não contam com banheiros de alunos em bom estado de conservação. Além disso, foi encontrado sabonete líquido em somente uma a cada quatro unidades escolares visitadas (25,6%) e papel toalha em 30,2% delas. Em 25,6% das escolas não foi encontrado papel higiênico nos banheiros à disposição dos alunos. Ademais, em 58,1% das escolas não foram encontrados assentos nos vasos sanitários. Esses dados são corroborados pelas respostas dos alunos, uma vez que 72,7% dos estudantes sorteados apontaram falta de papel higiênico e sabonete líquido, e 47,7%, condições precárias dos banheiros como principais problemas das escolas.

Quanto aos refeitórios, todas as escolas possuíam refeitórios em bom estado, sendo que em apenas duas unidades foi encontrado mobiliário em mau estado de conservação. Em 9,7% das unidades, o cardápio estabelecido por CODAE não fora cumprido no dia da visita. Ainda sobre a matéria, para 40,0% dos alunos que responderam os questionários, a refeição servida sempre condiz com o estabelecido no cardápio; para 34,4%, às vezes; para 6,5%, quase nunca; e para 4,2%, nunca.

Durante as visitas, foi acompanhada a dinâmica de merenda em algumas escolas, tendo sido feita a pesagem de 73 pratos. Desses, 34 (46,6%) apresentaram porcionamento menor do que o estipulado nos manuais de SME. Vale mencionar que 37,6% dos alunos responderam repetir as refeições frequentemente.

Os contratos de CODAE estabelecem diferentes formas de controle das refeições servidas, para efeito de pagamento às empresas terceirizadas. Nas visitas, foram identificados os seguintes métodos: ficha (34,2%), contagem de utensílios (10,5%) e pesagem de réchauds do autosserviço (5,2%). Porém, em 23,6% das unidades, os gestores declararam, como método de controle, a contagem dos alunos presentes no dia, e em 26,3%, a equipe de auditoria não identificou, ao acompanhar a distribuição de refeições, nenhum tipo de controle.

Quanto à periodicidade de consumo das refeições servidas na escola, 31,9% dos alunos afirmaram comer na escola todos os dias, 39,1%, de uma a quatro vezes por semana e 29,0% declararam nunca comer as refeições oferecidas pela unidade escolar.

Quadro 10 – Alimentação – adesão dos alunos à merenda

Motivo pelo qual não come todos os dias na escola	%
Almoço/janto em casa	35,9
Não gosto da comida do dia	31,8
Fila longa para se servir	26,0
Comida ruim	12,8
Horário da refeição	11,2
Cozinha ou refeitório sujo(s)	1,8

Fonte: Relatório de Auditoria (peça 6)

Das escolas visitadas, 91,1% possuíam CIPA constituída, mas nenhuma contava com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Feitas todas essas considerações, a Auditoria concluiu que:

> "4.1. 15,2% das escolas visitadas possuíam período integral em 2019. Dessas, a maioria oferecia período integral apenas para o primeiro ano do ensino fundamental (84,7%) e somente uma escola possuía período integral para todos os anos do ensino fundamental (item 3.3.1);
>
> 4.2. Exceções feitas às salas de leitura e de informática, encontradas em todas as escolas, foram observadas muitas diferenças entre as unidades, tanto em relação à organização dos espaços, quanto à criação de ambiente. Das escolas visitadas, 91,3% possuíam quadra coberta, 67,4% parque infantil, 39,1% área verde destinada a atividades pedagógicas e apenas 8,7% das escolas possuíam laboratório de ciências (item 3.3.2);
>
> 4.3. Dos servidores da área administrativa, 35,5% eram readaptados, exercendo diversas atividades, a depender do teor do laudo médico e das funções atribuídas pela equipe gestora da escola. Nas escolas visitadas havia 296 docentes readaptados, uma média de 6,4 por unidade (item 3.3.3);
>
> 4.4. 79,6% dos gestores possuíam pós-graduação lato sensu, 5,8% mestrado e 0,7% doutorado. 91,2% declararam costumar participar de cursos e eventos oferecidos pela PMSP, sendo que, para 95,6% deles, os cursos de formação contribuem para a melhoria de sua atuação (item 3.3.3);
>
> 4.5. 93,3% dos gestores declararam que se sentem motivados a trabalhar na escola e 23,4% declararam trabalhar em outra escola, além da visitada (item 3.3.3);
>
> 4.6. Há diferenças consideráveis na proporção de alunos por ATE, uma vez que, somente entre as unidades visitadas, pode-se assinalar que a amplitude do indicador ficou entre 60,2 e 242,1 alunos por auxiliar técnico (item 3.3.3);
>
> 4.7. 56,8% dos ATEs declararam ter sofrido agressão verbal e 6,8% disseram já terem sido agredidos por alunos e/ou responsáveis pelos alunos (item 3.3.3);
>
> 4.8. Mais da metade dos professores (53,4%) lecionavam nas escolas visitadas havia mais de 5 anos (13,9% havia mais de 15 anos) e 42,1% afirmaram atuar em outra instituição de ensino, sendo dois terços destes na rede estadual e um quarto, na municipal. Além disso, 97,1% dos docentes que declararam acumular cargos, afirmaram ter outro cargo de professor (item 3.3.4);

4.9. Há 64,7% dos professores com títulos pós-graduação lato sensu, 6,6% com mestrado e 0,5% com doutorado (item 3.3.4);

4.10. Quase um em cada cinco professores entrevistados (18,2%) afirmaram ter interesse em se remover a outra escola, enquanto 22,7% sentiam-se desmotivados. As principais razões apontadas pelos docentes para desmotivação foram a indisciplina dos alunos e a falta de participação dos pais, com 74,4% e 63,4% das respostas, respectivamente (itens 3.3.3 e 3.3.4);

4.11. 59,0% dos professores consideraram suas condições de trabalho boas ou muito boas e 3,9%, ruins ou muito ruins (item 3.3.4);

4.12. Dentre os profissionais consultados, os professores foram os que mais declararam estar insatisfeitos com sua remuneração (84,7%) (item 3.3.4);

4.13. Os problemas mais citados por gestores e professores dizem respeito ao acesso à internet (59,7% e 74,0%, respectivamente) e à falta de participação dos pais no cotidiano da escola (43,3% e 56,5%, respectivamente). No mesmo sentido, 96,7% dos pais ou responsáveis afirmaram que deveriam participar mais no dia a dia da escola (itens 3.3.4 e 3.3.5);

4.14. 69,6% dos estudantes e 71,4% dos pais de alunos avaliaram a unidade escolar como boa ou muito boa. Os alunos apontaram a falta de papel higiênico e sabonete nos banheiros (72,7%), e as condições precárias dos sanitários (47,7%) como dois dos principais problemas das escolas. Agressão entre alunos também foi problema bastante citado pelos próprios estudantes, tendo sido lembrada por 46,5% dos alunos (item 3.3.5);

4.15. 65,2% dos gestores consideraram a frequência da ronda escolar insatisfatória e 6,5% afirmaram não haver ronda na escola. 55,2% dos pais avaliaram haver problemas envolvendo a segurança da escola (item 3.3.5);

4.16. 26,1% das escolas visitadas sofreram invasão, assalto ou furto em 2018, sendo que 6,7% não possuíam vigilantes. Em 66,6% delas o serviço era realizado por empresa terceirizada e em 26,7%, por vigia da PMSP (servidor efetivo) (item 3.3.5);

4.17. Casos de agressões verbais a servidores foram relatados por 51,9% dos gestores e 64,1% dos professores; 3,7% dos gestores e 14,0% dos professores declararam ter sido vítimas de agressão física de aluno ou responsável por aluno (item 3.3.5);

4.18. 45,5% dos professores declararam não haver livros didáticos suficientes para todos os alunos (item 3.3.6.b);

4.19. Quanto ao uso das peças do uniforme, a camiseta foi o item mais citado pelos estudantes sorteados, com pouco mais de 84,0% de adesão. No outro extremo está o tênis, com pouco mais de 14,0% de adesão. Além disso, 11,0% dos alunos declararam não usar nenhuma peça do uniforme (item 3.3.6.c);

4.20. Quanto aos motivos para a não utilização dos uniformes, destacam-se fatores estéticos (55,3% dos alunos declararam considerar os uniformes feios) e falta de qualidade das peças, apontada por 38,1% dos alunos (item 3.3.6.c);

4.21. Segundo 47,7% dos gestores que responderam o

questionário, nem todos os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que apresentaram laudo médico recebiam atendimento educacional especializado (item 3.3.7);

4.22. Em 88,6% das escolas foi registrada ausência de professor no momento da visita. Dentre as soluções relatadas pela equipe gestora para suprir a falta do professor destacam-se a permanência de alunos em outros espaços (aula vaga) e a dispensa de estudantes. A percepção dos alunos sobre as ausências dos professores coincidiu com o que foi relatado pela gestão: 30,8% dos estudantes afirmaram ficar com aula vaga e 6,6% relataram ser dispensados quando os docentes faltavam. Outro dado relevante acerca das faltas dos professores diz respeito às declarações dos ATEs: 38,2% afirmaram que às vezes ficavam em sala de aula, no caso de falta de professor (item 3.3.8);

4.23. Em 73,5% das escolas a que se aplica a portaria referente a número mínimo de docentes, não havia professores em módulo em ao menos uma das áreas determinadas pelo normativo pertinente e em duas das escolas visitadas constatou-se quadro incompleto de professores regentes. Constatou-se, via Sistema EOL, que 7,9% das classes que compõem as escolas visitadas ao longo do ano estavam disponíveis, ou seja, sem aulas atribuídas a algum professor (item 3.3.8);

4.24. A maioria dos alunos apontou como situação corriqueira em sala de aula o fato de os professores serem obrigados a esperar muito pelo silêncio dos estudantes (85,1%) e a existência de barulho e desordem na sala de aula (65,7%). Além disso, 27,4% afirmaram não entender a matéria, 21,7% disseram sentir falta de orientação para os estudos e 19,0% admitiram não ficar quietos durante as aulas (item 3.3.8);

4.25. Pouco mais da metade das escolas visitadas e dos professores entrevistados afirmaram fazer devolutiva das avaliações externas para os alunos (item 3.3.8);

4.26. 60,9% das escolas não são acessíveis (deficientes físicos não conseguem chegar a todos os ambientes) e em 22,2% das unidades escolares, não há sanitários específicos para deficientes (item 3.3.9.b);

4.27. Somente 25,6% das unidades escolares possuíam, nos banheiros de alunos, sabonete líquido junto às pias dos banheiros e 30,2%, papel toalha. Em 25,6% das escolas não foi encontrado papel higiênico e em 58,1% não foram encontrados assentos nos vasos sanitários (item 3.3.9.c);

4.28. Em 9,7% das escolas, a refeição servida no dia não estava de acordo com o estabelecido no cardápio e em 22,2% das unidades visitadas, o cardápio não estava afixado no refeitório (item 3.3.9.d);

4.29. 46,6% dos pratos pesados pela equipe de auditoria apresentaram porcionamento menor do que o estipulado nos manuais da SME e 37,6% dos alunos responderam repetir as refeições frequentemente (item 3.3.9.d);

4.30. A equipe de auditoria não identificou nenhum tipo de controle de distribuição de refeições em 26,3% das unidades visitadas (item 3.3.9.d);

4.31. Quanto à adesão às refeições servidas nas unidades escolares, 29,0% dos alunos entrevistados afirmaram nunca consumir a merenda e 31,8% dos que declararam não comer todos os dias na escola apontaram como

causa da rejeição o cardápio em alguns dias. 44,8% dos estudantes afirmaram não comer peixe, 40,1%, ovo e 37,4%, proteína de soja (item 3.3.9.d);

4.32. Em 63,0% das escolas visitadas foram encontrados equipamentos pedagógicos danificados, sendo que em 32,6% das unidades escolares havia mais de três equipamentos quebrados (item 3.3.9.e);

4.33. Nenhuma das escolas visitadas contava com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) (item 3.3.9.f).”

Por fim, o Relatório faz as seguintes recomendações à SME:

“5.1. Observe o elemento efetividade da política pública, durante a implantação das medidas previstas na meta 22.5 do Programa de Metas da PMSP, biênio 2019/2020 – implementação de internet de alta velocidade em todas as unidades escolares da RME –, uma vez que o problema mais citado por gestores e professores ao longo desta edição do PVE diz respeito ao acesso à internet (item 3.3.5);

5.2. Verifique a forma de distribuição e acesso aos livros didáticos, dado que quase a metade dos professores do ensino fundamental II relataram não possuir livros de sua disciplina para todos os alunos (item 3.3.6.b);

5.3. Faça as adaptações necessárias nas unidades escolares para que se possa cumprir o estabelecido na Lei de Acessibilidade (item 3.3.9.b);

5.4. Promova treinamento específico aos gestores sobre gestão/fiscalização de contratos, em especial os de limpeza e merenda, pois se verificou, durante as visitas, diversos descumprimentos contratuais (item 3.3.9.c);

5.5. Regularize a situação das escolas que não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), pois nenhuma das escolas visitadas contava com este documento em suas dependências, embora ele seja obrigatório para todos os prédios em que haja circulação de mais de 100 pessoas (item 3.3.9.f);

5.6. Reformule a sistemática de aquisição e distribuição de uniformes escolares, uma vez que foi constatada a baixa utilização dos itens pelos alunos (com exceção da camiseta), frente ao expressivo montante gasto anualmente (item 3.3.6.c);

5.7. Tome medidas no sentido de dotar a RME de uniformidade acerca das práticas pedagógicas atinentes à alimentação, evitando prejuízos à autonomia do aluno ao longo de sua jornada estudantil – apenas 10,8% das unidades escolares visitadas contavam com sistema de autosserviço em funcionamento, enquanto, segundo dados levantados por CODAE, 40% das EMEIs já adotavam, em 2019, o autosserviço como prática pedagógica (item 3.3.9.d).”

Devidamente oficiada (peças 11), a Origem apresentou esclarecimentos (peça 13) a respeito dos apontamentos da Auditoria, dos quais destacam-se:

A Origem Informa que está ciente de que a velocidade de conexão fornecida para as unidades (4Mbps, 8 Mbsps e 16 Mbps) foi o problema mais citado pelos gestores e professores e que, mesmo após a melhoria de velocidade no datacenter da SME, ela ainda é insuficiente para a demanda diária e as necessidades pedagógicas das unidades educacionais.

Para ampliar a velocidade de conexão à internet, informa que a Coordenadoria de Tecnologia e Informação (Cotic) instalou, em 2019, links de 100Mbps em 46

CEUs, melhorando significativamente a qualidade de conexão dessas unidades. Alega ainda que a Cotic instaurou processo licitatório para contratação de empresa especializada em telecomunicações, com a finalidade de prestação de serviço de acesso à internet banda larga dedicada, abrangendo toda a rede de unidades educacionais da SME, pelo período de 36 meses. Ressalta que Cotic permanece trabalhando para pleno atendimento no Programa de Metas e que, no futuro, juntamente com a devida proposta pedagógica de informática educativa, proverá a liberação de acesso para alunos em SSID específico, de forma que as possibilidades de realizar ações pedagógicas de tecnologia possam ser potencialmente expandidas; destaca, todavia, que essa possibilidade é inviável no momento, dado o cenário atual de conectividade.

A SME reconhece que nem todas as unidades mais antigas atendem aos critérios de acessibilidade e, para suprir essa deficiência, diz foi realizado um levantamento junto às escolas que funcionam nos prédios mais antigos e verificadas quais as intervenções necessárias. Destaca que as reformas dependem de vistoria técnica, de autuação de processo administrativo e de disponibilidade orçamentária da Secretaria.

Sobre a Merenda, a Origem argumenta que, na maioria das unidades educacionais da rede municipal, as cozinheiras são responsáveis pelo porcionamento, que deve seguir os valores estabelecidos pela Codae no edital no 78/2016, sendo que esses números também constam no manual de orientação, disponível nas escolas, e no site da SME. Alega que, durante a visita do nutricionista supervisor, o porcionamento é verificado e apontado no relatório de fiscalizando, sendo exigida a correção imediata, em caso de divergência. Ademais, a SME ressalta que o controle de distribuição de refeições é de competência do diretor da unidade educacional, que deve dispor de métodos de contabilização do número exato de alimentações servidas, inclusive para a quantificação de eventual repetição da refeição e sobremesa.

A Origem informa as seguintes ações em relação ao AVCB:

a) Instauração da Ação Civil Pública nº 1015697-26.2016.8.26.0053, requerida pelo Ministério Público de São Paulo, para tratar do AVCB das unidades educacionais da rede municipal;

b) Realização de audiências de conciliação, onde foram propostos prazos para que a SME cumprisse os pré-requisitos necessários para a emissão do AVCB dos prédios das unidades educacionais;

c) No ano de 2019, a SME cumpriu o prazo para apresentar os pré-requisitos necessários para as unidades cujos prédios têm edificações menores ou iguais a 750m^2 de área construída. Atualmente a Secretaria está verificando os pré-requisitos necessários para a emissão do AVCB das unidades com edificações superiores a 750m^2.

Ao analisar os esclarecimentos apresentados pela Origem (peça 17), a Auditoria manteve todas as conclusões apresentadas no relatório.

A Procuradoria da Fazenda Municipal (peça 20), considerando o caráter instrumental do processo, opinou pelo conhecimento e registro da auditoria realizada.

A Secretaria Geral (peças 22 e 23) considerou que a Auditoria Extraplano cumpriu os objetivos previstos, reunindo condições de ser submetida à apreciação, para conhecimento e deliberação, sem prejuízo das recomendações e determinações que forem consideradas pertinentes.

Nos TCs 009814/2021 e 009815/2021 foram realizadas inspeções com o objetivo de apurar a falta de professores na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Sud Mennucci, unidade que integra a Diretoria Regional de Educação (DRE) São Miguel, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Deputado Caio Sergio Pompeu de Toledo, unidade que integra a Diretoria Regional de Educação (DRE) Guaianases, identificadas no

âmbito do Programa de Visita às Escolas.

Foi constatado que, naquela data, professores regentes haviam faltado e não havia professores em módulo (substitutos) suficientes pra ministrar aulas aos alunos. Nas Inspeções concluiu-se que os quadros de professores das unidades educacionais permaneciam incompletos e a quantidade de professores contratados não foi suficiente para suprir as necessidades da Escolas.

Ao analisar os esclarecimentos apresentados pela Origem (009814/2021, peça 49, e 009815/2021, peça 50), regularmente oficiada (009814/2021, peça 41, e 009815/2021, peça 42), a Auditoria manteve todas as conclusões apresentadas no relatório.

A Procuradoria da Fazenda Municipal (009814/2021, peça 52, e 009815/2021, peça 53), considerando a abertura de processos, que tratam de autorização para realização de concurso público para provimento de cargos de professor de educação infantil e ensino fundamental I e professor de ensino fundamental II e médio o caráter instrumental do processo, opinou pelo conhecimento e registro da Inspeção realizada.

É o Relatório.

VOTO

Ressalta-se que o Programa de Visita às Escolas do TCMSP é dotado de plano amostral de modo que seja possível a extrapolação das conclusões alcançadas ao longo do trabalho para o universo de escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de São Paulo.

Para a composição da amostra, foram sorteadas 46 escolas de todas as 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs) do município, visitadas ao longo do ano de 2019, em que foram aplicados formulários padronizados e questionários a gestores, professores, Auxiliares Técnicos de Educação (ATEs) e alunos das unidades de ensino.

Assim, após explicações sobre a metodologia da fiscalização realizada, passo a tratar dos principais achados da Auditoria.

De um modo geral, as constatações feitas em 2019, antes do impacto da pandemia com a longa suspensão das aulas na Rede Municipal, oferecem indicativos para uma retomada em 2022/2023 do Programa de Visita às Escolas, visando uma averiguação atualizada dos pontos de risco identificados.

Salas de leitura e de informática foram encontradas em todas as escolas e apresentavam boas condições de uso, sendo que existiam muitas diferenças entre as estruturas nas unidades. Todavia, apenas 8,7% das escolas possuíam laboratório de ciências, o que comprometia a aprendizagem.

Em 2019, a maioria dos gestores que responderam o questionário (73,0%) atuava naquela função havia cinco anos ou menos, e 8,0% exerciam a função havia mais de 15 anos. A maioria dos gestores possuíam títulos de pós-graduação (86,1%). Por sua vez, 71,8% dos professores possuíam títulos de pós-graduação.

93,3% dos gestores entrevistados declararam se sentir motivados a trabalhar na escola, enquanto 7,3% manifestaram interesse em se remover a outra unidade. Dentre as principais causas de desmotivação, o número elevado de ausência de servidores e as condições precárias de funcionamento da escola se destacam, com 72,7% e 54,6%, respectivamente.

Ademais, 23,4% dos gestores declararam trabalhar em outra escola além da visitada e 57,5% dos gestores afirmaram não estar satisfeitos com sua remuneração. Ou seja,

quase ¼ dos gestores dividiam sua energia profissional, o que tende a limitar o seu desempenho.

Mais da metade dos professores entrevistados (53,4%) lecionavam nas escolas visitadas havia mais de cinco anos (13,9% havia mais de 15 anos).

Por outro lado, 42,1% dos docentes afirmaram atuar em outra instituição de ensino (percentual bem superior aos 23,4% dos gestores). A grande quantidade de docentes lecionando em mais uma escola é algo que impacta de maneira negativa a qualidade do ensino, pois significa duas jornadas docentes com sobrecarga de trabalho e o desgaste das locomoções.

Quase um em cada cinco professores entrevistados (18,2%) afirmaram ter interesse em se remover a outra escola, enquanto 22,7% sentiam-se desmotivados. Nesse caso, foram constatadas diferenças significativas entre as escolas participantes, mesmo quando agrupadas por Diretorias Regionais, sendo que nas DREs Butantã, Santo Amaro e São Mateus os percentuais de desmotivação superaram 40%, e, em São Mateus, 43,2% dos professores desejam a remoção. Tais índices no desejo de mudar de escola e na falta de motivação certamente interferem no desempenho docente.

A Auditoria registra haver forte relação entre desmotivação e percepção das condições de trabalho nas unidades escolares, uma vez que as escolas das duas DREs com índices entre os mais altos de desmotivação (São Mateus em 1º e Butantã em 3º) e intenção de remoção (São Mateus em 1º e Butantã em 2º) também são as que apresentaram os dois percentuais mais altos de avaliação "ruim ou muito ruim" das condições de trabalho na unidade – 14,0% e 6,8%, respectivamente –, na perspectiva dos professores. Por outro lado, as escolas visitadas das DREs Capela do Socorro, Jaçanã/Tremembé e Freguesia/Brasilândia foram as que apresentaram os melhores índices de avaliação das condições de trabalho na escola, segundo os professores, com percentuais superiores a 75% nos conceitos "bom ou muito bom".

Ademais, as principais razões apontadas pelos docentes para desmotivação foram a indisciplina dos alunos e a falta de participação dos pais, com 74,4% e 63,4% das respostas, respectivamente. Vale destacar que para os professores das escolas visitadas das DREs São Mateus e Freguesia/Brasilândia, a principal causa de desmotivação é a estrutura física precária da unidade escolar (81,0% e 83,3% das respostas, respectivamente), enquanto para os das escolas das DREs Campo Limpo e Pirituba, é a violência no bairro (84,6% e 66,7%, respectivamente). Essa diversidade de respostas revela a complexidade da rede e as especificidades das diversas regiões do município, apontando a necessidade de um aprofundamento das questões.

Existiam, nas escolas visitadas, 296 docentes readaptados e que, portanto, não exerciam a docência, uma média de 6,4 por escola. Trata-se de um número significativo de docentes readaptados, quando faltam professores nas salas de aula, cabendo averiguar também qual o papel dos readaptados na estrutura de pessoal das escolas, bem como as causas que levam à readaptação e as formas de mitigá-las.

Apurou-se, também, que apenas 15,3% dos professores consultados declararam estar satisfeitos com sua remuneração. Por outro lado, 59,0% dos professores consideraram suas condições de trabalho boas ou muito boas e 3,9%, ruins ou muito ruins.

Em 2019, o problema mais citado por gestores (59,7%) e professores (74,0%) dizia respeito ao acesso à internet. Cabe apurar a situação atual desse problema, que tem um efeito estrutural no funcionamento da unidade escolar.

A opinião dos alunos acerca da qualidade da escola mantém boa correlação com a dos pais que responderam os questionários, uma vez que 69,6% dos estudantes entrevistados avaliaram a unidade em que estudam como boa ou muito boa, enquanto 71,4% dos responsáveis consideraram a escola do seu filho boa ou muito boa. 96,7% dos pais ou

responsáveis opinaram que deveriam participar mais no dia a dia da escola. Quanto a isso, a opinião de alunos e responsáveis deve ser melhor avaliada quanto ao grau de informação envolvido, uma vez que os números de 2019 relacionados com a aprendizagem nas diversas avaliações, tanto da Prefeitura quanto do INEP, não correspondem a um alto desempenho da Rede.

Por outro lado, a agressão entre alunos foi um problema bastante citado pelos próprios estudantes, tendo sido lembrada por 46,5% dos alunos. Com relação aos casos de agressões sofridas pelos servidores das escolas, 51,9% dos gestores e 64,1% dos professores entrevistados relataram ter sofrido, ao menos uma vez, agressão verbal de aluno ou responsável; e 3,7% dos gestores e 14,0% dos professores declararam ter sido vítimas de agressão física de aluno ou responsável. O percentual de agressão verbal a professores é bastante elevado: ultrapassa 50% em dez das treze DREs do município. Além disso, 26,1% das escolas sofreram invasão, assalto ou furto ao longo de 2018.

Assim, a questão da violência física e verbal o ambiente escolar é um problema bastante percebido e que tem efeito desestruturante para toda a comunidade escolar, devendo merecer atenção especial.

Ao mesmo tempo, 88,6% das 46 escolas visitadas registraram alguma ausência de professor no momento da visita. Dentre as ações relatadas pela equipe gestora na falta do professor, destacam-se a permanência de alunos em outros espaços (aula vaga) e a dispensa de estudantes. É sabido que uma classe sem professor produz uma interferência que pode tumultuar o ambiente escolar, além do prejuízo da aula não ministrada.

Durante as visitas, verificou-se o número de professores regentes (titulares) e em módulo (substitutos) para o ensino fundamental II e constatou-se que em 73,5% das escolas com nove salas ou mais foram encontradas divergências entre a realidade observada e o disposto na legislação, uma vez que não havia professores de módulo em ao menos uma das áreas determinadas.

Nas DREs Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Santo Amaro, São Mateus e São Miguel, nenhuma das escolas possuía quadro de módulo completo e compatível com o disposto na legislação, sendo que em Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Santo Amaro e São Miguel foram encontradas escolas com falta de professor de módulo em três áreas de conhecimento. Quanto aos professores regentes, em duas das escolas visitadas constatou-se quadro incompleto de docentes (em ambas havia carência de professor de Língua Portuguesa). Verificou-se que, do total de classes, 7,9% estavam sem aulas atribuídas a algum professor.

A constatação de 88,6% das escolas visitadas registrarem professores faltantes, combinada com as lacunas verificadas no quadro de professores substitutos (em módulo), apontam para um problema estrutural de falta de professores no dia a dia das escolas, desorganizando o funcionamento da unidade escolar e prejudicando a aprendizagem.

Ainda de acordo com o Relatório, a maioria dos alunos entrevistados apontou como situação corriqueira em sala de aula o fato de os professores serem obrigados a esperar muito pelo silêncio dos alunos (85,1%) e a existência de barulho e desordem na sala de aula (65,7%). Vale reiterar que a indisciplina dos alunos foi o fator de desmotivação mais citado pelos professores (74,4%).

Além disso, 27,4% dos alunos afirmaram não entender a matéria, 21,7% disseram sentir falta de orientação para os estudos e 19,0% admitiram não ficar quietos durante as aulas. Considerando que os alunos que informam não entender a matéria ficam perdidos durante a aula, trata-se de mais um fator de desestabilização da própria aula.

Com relação ao Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), 96,3% dos professores declararam realizar o registro de notas e faltas e 96,1%, o registro do conteúdo ministrado. Quanto ao uso do sistema para comunicação com pais e alunos, 55,8% afirmaram fazer registro de orientação de estudos para alunos e 38,4%, comunicação com pais. Registro que a utilização desse sistema é essencial para a efetividade do ensino, principalmente considerando o tamanho da Rede Municipal e a necessidade de aprimoramento da gestão por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Para efeito da retomada das atividades presenciais de Auditoria na Educação em 2022/2023 cabe especial atenção à averiguação do conteúdo e da frequência dos registros no SGP acerca do que é ministrado em aula, informação esta de grande importância para o acompanhamento da aprendizagem.

Quanto à avaliação externa, perguntou-se em 2019 aos professores que tipo de uso eles faziam dos resultados dessas avaliações, sendo que 73,1% afirmaram usar os resultados para replanejamento das aulas e 51,1%, para fazer devolutiva para os alunos. A mesma pergunta foi feita para os gestores das unidades e 93,5% disseram haver utilização dos resultados para reorientação do trabalho pedagógico e 58,7% declararam haver devolutiva para os alunos. A rigor, tais percentuais são insuficientes, pois deveria ocorrer um aproveitamento integral dos resultados.

Vale informar que não foram identificadas medidas efetivas da SME, com vistas a materializar as metas definidas no Programa de Metas atinente ao biênio 2019/2020, quanto ao desempenho dos alunos do ensino fundamental em avaliações externas. A questão do desempenho fica a cargo de cada escola, o que é importante, mas não suficiente. É preciso que haja análise e acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação, que deveria processar os resultados de cada uma das escolas e orientá-las a também realizarem suas análises gerais e para cada um dos alunos, bem como desenvolverem ações específicas para a melhoria desses resultados, inclusive com a participação dos alunos e seus responsáveis. Esta é uma referência importante na retomada 2022/2023.

Quanto à estrutura física, dentre as 46 escolas visitadas, 28 (60,9%) estavam instaladas em prédios não acessíveis (pessoas com deficiência física não conseguem chegar a todos os ambientes) e em 22,2% delas não havia sanitários específicos para pessoas com deficiência.

Durante as visitas em 2019, constatou-se que praticamente uma em cada cinco escolas (17,8%) não contam com banheiros de alunos em bom estado de conservação. Além disso, foi encontrado sabonete líquido em somente uma a cada quatro unidades escolares visitadas (25,6%) e papel toalha em 30,2% delas. Em 25,6% das escolas não foi encontrado papel higiênico nos banheiros à disposição dos alunos. Ademais, em mais da metade das escolas (58,1%) não foram encontrados assentos nos vasos sanitários.

Durante as visitas, foi acompanhada a dinâmica de merenda em algumas escolas, tendo sido feita a pesagem de 73 pratos. Desses, 34 (46,6%) apresentaram porcionamento menor do que o estipulado nos manuais de SME. Vale mencionar que 37,6% dos alunos responderam repetir as refeições frequentemente.

Das escolas visitadas, 91,1% possuíam CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes constituída, mas nenhuma contava com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Considerando os resultados apresentados no Relatório de Auditoria, pode-se concluir que a Rede Municipal de Ensino dispõe de boa infraestrutura de construção, mas apresenta problemas de manutenção.

Ademais, é preocupante que nenhuma das escolas possua Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, sendo urgente que a SME tome as providências necessárias, considerando, inclusive, que já existe Ação Civil Pública (nº 1015697-26.2016.8.26.0053), proposta pelo Ministério Público de São Paulo, para tratar do AVCB das unidades educacionais da rede municipal e que, nessa ação, o Juízo determinou em 01/12/2021 que a Municipalidade de São Paulo apresentasse cronograma organizado (datas efetivas) e que possibilitasse o controle e acompanhamento, tanto pelo MP quanto pelo Juízo, acerca do seu cumprimento.

Nessa ação, em atendimento ao despacho do MM. Juízo, a Municipalidade, em petição datada de 09/05/2022, informou que os contratos para "estudos, elaboração de projeto e análise pelo Corpo de Bombeiros da solicitação de AVCB, foram firmados, com emissão das Ordens de Início de Serviço a partir de 30/12/2021, com 210 (duzentos e dez) dias para execução, e no momento as Empresas estão fazendo levantamento em campo das unidades para elaboração do Diagnóstico Técnico Legal (DTL), do plano de ação e respectivos projetos. O processo em julho/2022 está com vista ao Ministério Público.

Não obstante, tendo em vista a natureza destes procedimentos fiscalizatórios, e considerando também que a Origem foi cientificada sobre as constatações feitas, entendo que foram cumpridas as suas finalidades, motivo pelo qual CONHEÇO dos resultados alcançados na Auditoria (TC/4119/2019) e nas Inspeções (TC/009814/2021 e TC/009815/2021).

Determino que a SME apresente plano de gestão, no prazo de 60 dias, indicando formas de superação para melhorar a motivação dos seus profissionais visando a manutenção do quadro completo de professores em cada escola, de modo a garantir o direito à aprendizagem de todos os alunos da Rede.

Dê-se ciência da presente decisão aos interessados, nos termos regimentais.

Plenário Conselheiro PAULO PLANET BUARQUE, 13 de julho de 2022.

MAURICIO FARIA
Conselheiro